

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE201805/1546
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal de Regularização
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Outros
Orgão / Serviço:	Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	2ª posição remuneratória de Técnico Superior, nível 15 tabela remuneratória, corresponde a 1.201,48€
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Verificar a limitação das Zonas de Medição e Controlo, analisando o impacto hidráulico no fornecimento de água aos clientes. Preparar concursos públicos para reparação de roturas. Analisar reclamações dos clientes internos e externos. Participar nos projetos externos com universidades e setores de investigação.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	<p>a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;</p> <p>b) 18 anos de idade completos;</p> <p>c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;</p> <p>d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;</p> <p>e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.</p>
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária:	Engenharia Civil

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Tecnologias	Civil	Engenharia Civil

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora	1	Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urbanização Moinho das Antas		2784541 OEIRAS	Lisboa	Oeiras

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Inscrição como membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, nos termos do n.º 5 do Artigo 7.º da Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: [dgvp@simas-oeiras-amadora.pt/pessoalmente/por correio registado](mailto:dgvp@simas-oeiras-amadora.pt/pessoalmente/por%20correio%20registado)

Contacto: dgvp@simas-oeiras-amadora.pt

Data Publicitação: 2018-05-30

Data Limite: 2018-06-15

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de vinte e nove posto(s) de trabalho do Mapa de Pessoal dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de maio de 2018, se encontram abertos, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de vinte e nove postos de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal para 2018 destes SIMAS de Oeiras e Amadora. 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de trabalho: Concelhos de Oeiras e Amadora, abrangendo a área de atuação dos Serviços Intermunicipalizados. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de vinte e nove postos de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 destes SIMAS de Oeiras e Amadora na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Descrição sumária das funções por categoria/carreira e número de postos por função: REF. Categoria Unidade Orgânica PT's A1 Assistente Operacional Divisão de Saneamento da Amadora 4 A2 Assistente Operacional Divisão de Águas da Amadora 5 A3 Assistente Operacional Divisão de Águas de Oeiras 5 A4 Assistente Operacional Divisão de Saneamento de Oeiras 6 B1 Assistente Técnico Divisão Comercial 2 B2 Assistente Técnico Divisão Comercial 2 B3 Assistente Técnico Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas 1 B4 Assistente Técnico Divisão de Informática e Sistemas de Informação 1 B5 Assistente Técnico Unidade de Gestão do Conhecimento, Informação e Documentação 1 C Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2 Divisão de Informática e Sistemas de Informação 1 D Técnico Superior Divisão de Águas da Amadora 1 6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 7. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: REF. Atribuição, competência e atividade(s) A1 Proceder à manutenção e conservação de redes de saneamento (limpeza de redes, caixas de visita, controlo de dispositivos de despoluição e pequenas reparações nas redes) A2 Reparar condutas e roturas. Instalar ramais e proceder à sua reparação. Prestar apoio à Câmara Municipal nas redes de rega. Prestar serviços de canalizador, de acordo com as solicitações indicadas nas ordens de serviços. A3 Proceder à operação e manutenção das redes de águas. Reparar roturas e

executar pavimentos. Remodelar a rede de águas e executar ramais. Executar trabalhos em casa do consumidor. A4 Proceder à manutenção e conservação de redes de saneamento (limpeza de redes, caixas de visita, controlo de dispositivos de despoluição e pequenas reparações nas redes) B1 Prestação de serviços de atendimento B2 Prestar o atendimento geral aos consumidores. Proceder à gestão de reclamações. Tratar informaticamente a gestão dos PDA (Personal Digital Assistants) e das leituras. B3 Prestação de Serviços de Organização Administrativa no âmbito do sistema formativo B4 Prestação de serviços na área do Planeamento e Orçamentação B5 Prestação de serviços destinada ao expediente e arquivo dos SIMAS C Assegurar o desenvolvimento de aplicações, implementação de novos sistemas e a gestão de projetos de melhoria dos sistemas já existentes. D Verificar a limitação das Zonas de Medição e Controlo, analisando o impacto hidráulico no fornecimento de água aos clientes. Preparar concursos públicos para reparação de roturas. Analisar reclamações dos clientes internos e externos. Participar nos projetos externos com universidades e setores de investigação. 8. Habilitações literárias exigidas: 8.1. Referências A: Escolaridade obrigatória (para os nascidos até 31 de dezembro de 1966, corresponde ao 4.º ano de escolaridade; para os nascidos a partir de 1 de janeiro de 1967, corresponde ao 6.º ano de escolaridade e para os nascidos a partir de 15 de setembro de 1981 a escolaridade obrigatória corresponde ao 9.º ano), ou de curso que lhe seja equiparado sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação, ou experiência profissional, nos termos dos artigos 12º, n.º 1 e 13º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 538/79, de 31 de dezembro e conforme disposto nos artigos 6º e 63º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. 8.2. Referências B: 12º ano de escolaridade. 8.3. Referência C: Licenciatura no domínio da Informática. 8.4. Referência D: Licenciatura em Engenharia Civil. 9. Posição remuneratória: de acordo com o estabelecido no art.º 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, a posição remuneratória de referência é a correspondente: 9.1. Referências A: 1.ª posição remuneratória da categoria de base da carreira de Assistente Operacional, nível 1 da tabela remuneratória única, que corresponde à retribuição mínima mensal garantida (RMMG), atualmente no valor de 580,00(€). 9.2. Referências B: 1.ª posição remuneratória da categoria de base da carreira de Assistente Técnico, nível 5 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração de 683,13(€). 9.3. Referência C: A remuneração mensal é fixada de acordo com o mapa I anexo ao Decreto-Lei nº 97/2001, de 26 de março e a Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro a que corresponde o nível remuneratório entre o 23º e o 24º, num montante pecuniário de 1.647,74 (€), por força da integração prevista no artigo 5º, da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. 9.4. Referência D: 2.ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração de 1.201,48(€). 10. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 10.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 10.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 2.2. do presente aviso. 10.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11. Requisitos especiais 11.1. Referência D: inscrição como membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, nos termos do n.º 5 do Artigo 7.º da Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro. 12. Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 12.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica destes SIMAS de Oeiras e Amadora; 12.2. Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas destes SIMAS de Oeiras e Amadora e na página eletrónica www.simas-oeiras-amadora.pt (na área de Recursos Humanos separador de Recrutamento) podendo ser apresentadas: a) Por via eletrónica para o endereço de email dgvp@simas-oeiras-amadora.pt até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas; b) Entregue pessoalmente na Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas destes SIMAS de Oeiras e Amadora, sitos na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 19, Urb. Moinho das Antas, 2784-541 Oeiras, em dias úteis entre as 8h30 e as 17h00; c) Por correio registado com aviso de receção, remetido ao cuidado da mesma Divisão, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de

cumprimento do prazo referido na alínea anterior. 12.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 12.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado. 12.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 13. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 14. Métodos de seleção: nos termos do n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, o método de seleção aplicável é a Avaliação Curricular, sendo que, havendo mais de um opositor nos termos do artigo 5.º no recrutamento para o mesmo posto de trabalho é ainda aplicável a Entrevista Profissional de Seleção. 14.1. Avaliação curricular (AC): visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 14.2. A avaliação curricular, de acordo com o n.º 4 do art.º 18.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, é expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração até às centésimas, sendo a classificação final obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (HA \times 30\%) + (FP \times 10\%) + (EP \times 50\%) + (AD \times 10\%)$. Sendo: AC = Avaliação Curricular HA = Habilitações Académicas FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional AD = Avaliação de Desempenho CRITÉRIOS VALORES PONDERAÇÃO Habilitações Académicas (HA) Grau habilitacional exigido 12 Valores 30% Grau habilitacional superior ao exigido 20 Valores Experiência Profissional (EP) (1) Sem experiência profissional relevante para o exercício das funções 0 Valores 50% Até 1 ano experiência profissional relevante para o exercício das funções 12 Valores De 1 a 5 anos experiência profissional relevante para o exercício das funções 16 Valores Mais de 5 anos experiência profissional relevante para o exercício das funções 20 Valores Formação Profissional (FP) (2) Sem formação 0 Valores 10% Até 14 horas 12 Valores De 15 a 35 horas 16 Valores Mais de 35 horas 20 Valores Avaliação de Desempenho (AD) (3) Desempenho Inadequado 4 Valores 10% Desempenho Adequado 12 Valores (4) Desempenho Relevante 16 Valores Desempenho Excelente 20 Valores (1) Só será considerada a experiência profissional com incidência sobre a execução das atividades idênticas ao posto de trabalho colocado a concurso. (2) Só será considerada a formação e aperfeiçoamento profissional relevante para as exigências e competências necessárias ao exercício da função, e devidamente comprovadas. Quando no certificado de formação não seja feita menção ao número de horas, serão consideradas 7 (sete) horas, por cada dia de formação. De igual modo, não serão consideradas formação profissional congressos, colóquios, seminários, conferências e workshops. (3) Avaliação de desempenho obtida no último ano de exercício das funções. (4) Ou nos casos de não aplicabilidade do critério. 14.3. Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 14.4. São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso. 14.5. Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula: $CF = 70\% AC + 30\% EPS$ Sendo: CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular EPS = Entrevista Profissional de Seleção 14.6. No caso em que haja

lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 14.7. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações destes SIMAS e na sua página eletrónica. 14.8. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 14.9. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 14.10. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica destes SIMAS, após aplicação dos métodos de seleção. 14.11. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 15. Composição e identificação do júri:

REFERÊNCIA A1: Presidente: Eng.ª Maria Julieta Lazaro Mendes Moyano Marques, Diretora do Departamento de Águas e Saneamento 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Eng.ª Maria Augusta Tavares Moreira Correia, Chefe da Divisão de Saneamento da Amadora, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Eng.º Henrique Gabriel Rodrigues Urbano, Chefe da Divisão de Saneamento de Oeiras. REFERÊNCIAS A2 e C: Presidente: Eng.ª Maria Julieta Lazaro Mendes Moyano Marques, Diretora do Departamento de Águas e Saneamento 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Eng.ª Ana Paula Lampreia Toucinho Saramago, Chefe da Divisão de Água da Amadora, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Eng.º Pedro Alexandre Costa Alves, Chefe da Divisão de Águas de Oeiras. REFERÊNCIA A3: Presidente: Eng.ª Maria Julieta Lazaro Mendes Moyano Marques, Diretora do Departamento de Águas e Saneamento 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Eng.º Pedro Alexandre Costa Alves, Chefe da Divisão de Águas de Oeiras, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Eng.ª Ana Paula Lampreia Toucinho Saramago, Chefe da Divisão de Água da Amadora. REFERÊNCIA A4: Presidente: Maria Julieta Lazaro Mendes Moyano Marques, Diretora do Departamento de Águas e Saneamento 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Eng.º Henrique Gabriel Rodrigues Urbano, Chefe da Divisão de Saneamento de Oeiras, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Eng.ª Maria Augusta Tavares Moreira Correia, Chefe da Divisão de Saneamento da Amadora. REFERÊNCIA B1 e B2: Presidente: Rui Manuel Lanção Gonçalves, Chefe da Divisão Comercial 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Dra. Margarida Alves Afonso Fernandes Novais, Chefe da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Dra. Maria João Lopes, Chefe da Unidade de Suporte ao Cliente REFERÊNCIA B3: Presidente: Dr. José Augusto Silva Santos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Dra. Margarida Alves Afonso Fernandes Novais, Chefe da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Ana Rute Epifânio, Coordenadora Técnica Da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas REFERÊNCIAS B4 e D: Presidente: Dr. José Augusto Silva Santos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro,

Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Dr. João Paula Palma Antunes Cavaco, Chefe da Divisão de Informática e Sistemas de Informação, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal suplente: Eng.º Alexandre Abrantes da Silveira Albuquerque, Especialista de Informática REFERÊNCIA B5: Presidente: Dr. José Augusto Silva Santos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional 1º Vogal efetivo: Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos. 2º Vogal efetivo: Dra. Maria Manuela Pimenta Maio, Chefe da Unidade de Gestão do Conhecimento, Informação e Documentação, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 1º Vogal suplente: Dr. João Paulo Freire Carreteiro, Técnico Superior. 2º Vogal suplente: Eng.º Alexandre Abrantes da Silveira Albuquerque, Especialista de Informática 16. A lista de classificação (ou de ordenação final dos candidatos, se aplicável), após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações destes SIMAS; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 17. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica destes SIMAS de Oeiras e Amadora. SIMAS de Oeiras e Amadora, aos 21 de maio de 2018, A Presidente do Conselho de Administração Carla Tavares

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminação da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: